





“O homem não pertence a nenhum país
que faça carregar a bandeira como cicatriz.”

Cristiane Neder



Sem título-1



O Brasil no banco dos réus

Na perspectiva de romper definitivamente com a barbárie e estabelecer um patamar de civilização baseado nos Direitos Humanos, o sistema internacional de proteção tem alcançado forte visibilidade. A discussão sobre a responsabilização do ex-ditador Augusto Pinochet pelos crimes cometidos durante o período da ditadura militar chilena levou a comunidade internacional a explorar recursos jurídicos, com o objetivo de reconhecer o delito de lesa-humanidade, que atenta contra todos os seres humanos.

Os mecanismos internacionais de proteção, podem ser acessados pelo cidadão comum, através de petições à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em representação pessoal ou de terceiros. Até 1999, sete casos contra o Brasil já foram analisados pela CIDH: Newton Coutinho Mendes (11.405), Ovelário Tames (11.516), Carandirú (11.291), Alonso Eugênio (11.598), Marcos Aurélio de Oliveira (11.599), João Canuto (11.287)¹ e um caso antigo sobre os Yanomami (7.615), decidido ainda em 1985. Outro aspecto importante é que mesmo com a ressalva de aceitar somente os casos ingressados a partir de dezembro de 1998, o Brasil, reconheceu a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e passou a submeter-se à ela (conforme Decreto Legislativo nº 89 de 1998).

Outro aspecto importante é a publicação do posicionamento da Comissão Interamericana sobre o episódio ocorrido na Casa de Detenção Carandirú, na cidade de São Paulo, onde 111 presos morreram em 1994, sendo que destes, 84 ainda não tinham sido sequer condenados.

Este capítulo apresenta também a inovadora iniciativa da sociedade civil organizada, que formulou relatório sobre o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), contrapondo-se ao governo federal, que há muito tem devido os informes periódicos relativos aos compromissos assumidos quando da ratificação dos diversos tratados internacionais.

O sistema regional de proteção

Os sistemas regionais surgiram a partir do reconhecimento da insuficiência dos mecanismos internacionais, diante das peculiaridades culturais e políticas de algumas regiões. Atualmente existem quatro mecanismos de proteção² regionais mais ou menos sistematizados, construídos sobre uma base de certa homogeneidade cultural, política e jurídica. O sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA), o sistema do Conselho de Europa, o sistema da Organização da Unidade Africana (OUA) e o sistema Islamo-Árabe. Na Ásia e na Oceania não há sistemas organizados de proteção regional de Direitos Humanos. O instrumento básico do sistema interamericano é a Declaração Americana-

¹ Este caso foi apresentado na pág. 456 do capítulo Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos do Relatório Azul 98/99.

² Cada um destes sistemas estão explicados no Relatório Azul 1997.

na dos Direitos e Deveres do Homem, de 1948, ano em que também foi criada a OEA. Em 1959, foi criada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), um dos principais órgão da OEA. Dez anos depois, em 1969, em San José da Costa Rica, foi adotada a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, chamado Pacto de San José, que entrou em vigor somente em 1978, quando foi criada a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Uma década mais tarde, adotou-se o Protocolo Adicional à Conveção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador). E, em 1990, foi aprovado o Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativo à Abolição da Pena de Morte.

A CIDH recebe e analisa as denúncias a ela encaminhadas, mas nem todas as petições³ recebidas são transformadas em casos. Para que uma petição seja válida, deve obedecer aos requisitos elaborados pela Comissão. Em 1997, foram recebidas 458 petições, sendo que destas, 147 tiveram seus casos abertos; em 1998, 607 petições geraram 116 casos e, em 1999, das 581 petições recebidas, foram abertos 161 casos. A comparação dos números de casos abertos durante os últimos três anos demonstra uma variação ascendente no número total no último ano.

A CIDH possui um grande trâmite de casos individuais de violações de Direitos Humanos: em 1997, eram 147, em 1998, 116 e, em 1999, 161. A tabela a seguir inclui o total de casos pendentes ante a CIDH e sua discriminação por Estado membro da OEA. Cabe esclarecer que os casos individuais são abertos apenas com base naquelas petições que satisfazem, "prima facie", os requisitos processuais previstos para sua tramitação.

Casos pendentes ante a CIDH e sua discriminação por Estado membro da OEA

País	Total	País	Total
Perú	181	Jamaica	16
Ecuador	84	Canadá	14
Guatemala	84	Paraguai	13
Colômbia	73	Bahamas	12
Argentina	57	Paraná	10
Trinidad y Tobago	54	Costa Rica	7
Egito	49	República Dominicana	7
Brasil	46	El Salvador	6
Nicarágua	45	Uruguai	6
Venezuela	38	Granada	5
Honduras	31	Barbados	4
Estados Unidos	27	Belize	3
México	26	Bolívia	2
Chile	25	Saint Lucia	1
Cuba	17	Suriname	1

Fonte: Relatório anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), do ano de 1999 ⁴.

Após o pronunciamento sobre o mérito de um caso, conforme o artigo 50 da Convenção Americana, tanto a CIDH como os Estados partes envolvidos têm a faculdade de submeter o caso à jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

³ São consideradas como "petição" todas as denúncias, apresentadas por escrito, sobre a pretensa violação por um Estado membro da Convenção e/ou da Declaração Americana ou outro instrumento de Direitos Humanos em vigor dentro do sistema interamericano.

⁴ OEA/Ser.L/V/II, Doc. 3 rev., 13 de abril de 2000, Vol. I, págs. 48 a 54.



Sem título-1



Tramita na Corte Interamericana um total de 26 casos, dos 34 submetidos à sua jurisdição pela CIDH (oito já estão finalizados), o que representa 76% do total, sendo que 24% são considerados como casos terminados.

Total de casos apresentados à Corte Interamericana de Direitos Humanos

	1986	1990	1992	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total	3	3	2	3	7	4	1	4	7

Fonte: Relatório anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, do ano de 1999.

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembléia Legislativa do RS recebeu do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil) documentos relativos aos casos analisados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que publicamos a seguir.

Casos analisados pela Comissão

Caso nº 11.405 – Newton Coutinho Mendes (lista de Xinguara)

Direitos violados: arts. 4º, 5º, 25 e 1.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, relativos à vida, à integridade pessoal, garantias judiciais e proteção judicial, respectivamente.

Peticionários: Cejil, Human Rights Watch/Americas e Comissão Pastoral da Terra.

Síntese: Desde abril de 1994, os grandes proprietários de terras da região sul do Estado do Pará individualizaram uma lista, denominada Lista de Xinguara, referente às pessoas suspeitas de ocupação de terras, assim como aqueles envolvidos na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. De aproximadamente 40 pessoas mencionadas na lista, cinco foram assassinadas, duas feridas, uma seqüestrada e pelo menos quatro famílias abandonaram o local após o recebimento de ameaças de morte. A resposta das autoridades estatais foi fraca, quase chegando ao ponto da cumplicidade. Em novembro de 1994, o Cejil solicitou à CIDH que ordenasse ao Brasil, como medida preventiva, o cumprimento dos mandados de prisão, a iniciativa de uma investigação dos crimes e a tomada de medidas necessárias para proteger as pessoas incluídas na Lista. À pedido da CIDH, o Cejil apresentou ampla documentação que comprova suas alegações sobre a segurança das pessoas incluídas na Lista de Xinguara. Durante o trâmite da denúncia, ocorreu a fuga dos presos suspeitos de serem os responsáveis pelos fatos denunciados. Em outubro de 1997, foi publicado, no Relatório Anual da CIDH, o informe de admissibilidade do caso (nº 33/97) e, em abril de 1999, foi aprovada a publicação do relatório final sobre o caso (nº 9/99).

Recomendações: Que o Estado brasileiro tome as medidas para que as autoridades competentes coloquem em andamento os mecanismos e garantias necessárias para realizar uma investigação independente, completa, séria e imparcial dos feitos que se vem desenvolvendo na zona Sul do Estado do Pará, em prejuízo às vítimas mencionadas neste informe, com o objetivo de identificar e sancionar todas as pessoas responsáveis pelas violações aos Direitos Humanos.

Que em cumprimento de suas obrigações previstas nos artigos 2º, 8º e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos, adote as medidas necessárias com as modificações a seus procedimentos constitucionais, a fim de que sejam efetivados os direitos à vida, à integridade pessoal e às garantias e proteção judicial para todos os habitantes da zona Sul do Estado do Pará, e em particular para os trabalhadores rurais, seus representantes e os defensores de Direitos Humanos.

Que em virtude das violações da Convenção Americana de Direitos Humanos acima expostas, adote as medidas mais apropriadas para reparar as vítimas ou seus familiares pelo dano sofrido pelas pessoas identificadas neste informe.

Publicação: A Comissão decidiu, em 24 de fevereiro de 1999, remeter este informe ao Estado brasileiro, que efetuou em 1º de março, de acordo com o art. 51 da Convenção Americana de Direitos Humanos e lhe concedeu o prazo de um mês a partir do envio para o cumprimento das recomendações acima indicadas. Vencido este prazo, a Comissão não recebeu resposta do Estado a respeito.

Em virtude das considerações e em conformidade com os artigos 51 (3) da Convenção Americana de Direitos Humanos e 48 de seu Regulamento, a Comissão decide reiterar conclusões e recomendações dos parágrafos 119 e 120, tornar público este informe, e incluí-lo em seu Informe Anual à Assembléia Geral da OEA. A CIDH, no cumprimento de seu mandato, continuará avaliando as medidas tomadas pelo Estado brasileiro em relação às recomendações mencionadas, até que tenham sido cumpridas por completo. Aprovado em 13 de abril de 1999.

Caso nº 11.516 – Ovelário Tames

Direitos violados: art. 1º da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e arts. 8º, 25 e 1.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, relativos às garantias judiciais, proteção judicial e obrigação de garantir e respeitar os direitos estabelecidos na Convenção.

Peticionários: Cejil, Human Rights Watch/Americas e Conselho Indigenista de Roraima.

Síntese: Em 23 de outubro de 1988, policiais civis do Estado de Roraima prenderam ilegalmente, sem mandado de prisão, Ovelário Tames, um indígena Macuxi. Os policiais levaram Tames ao cárcere da cidade de Normandia, onde foi duramente espancado, sendo abandonado ferido e sangrando em uma cela. Na manhã seguinte, Tames foi encontrado morto. De acordo com a declaração de seu companheiro de cela, Tames foi espancado por seis policiais. O processo criminal referente ao caso se arrasta há nove anos, sem que ninguém tenha sido julgado. Em 24 de julho de 1995, a CIDH abriu o caso contra o governo do Brasil. Em 21 de junho de 1996, o governo informou à CIDH que foram indiciadas seis pessoas, que havia solicitado às autoridades competentes que acelerassem o processo e que fossem contactados os familiares da vítima para que eles pudessem entrar com uma ação de indenização, mas nada foi feito. Em abril de 1999, a CIDH publicou o relatório final (nº 60/99), condenando o Brasil pelas violações dos direitos denunciados na petição e recomendando o pagamento de indenização aos familiares da vítima e a aceleração do procedimento criminal contra os acusados.

Caso nº 11.291 - Casa de Detenção do Carandirú em São Paulo

Direitos violados: arts. 4º, 5º, 8º, 25 e 1º (1) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, relativos aos direitos à vida, à integridade pessoal, ao devido processo legal e à proteção judicial, todos eles em conformidade com a obrigação do Estado de respeitar e assegurar o gozo desses direitos (artigo 1º(1)).

Peticionários: Comissão Teotônio Vilela, Cejil e Human Rights Watch/Americas.

Síntese: Em 2 de outubro de 1992, na Casa de Detenção Carandiru, na cidade de São Paulo, ocorreu a morte de 111 presos (dos quais, 84 ainda não condenados) e lesões graves sofridas por outros internos durante a repressão de um motim, ações, supostamente, praticadas pela Polícia Militar de São Paulo.

O Estado, que em geral reconhece ter havido violações à vida e à integridade pessoal, defende, por sua vez, que tomou medidas firmes e profundas para resolver a situação das prisões do Estado de São Paulo e que os processos contra os agentes responsáveis e de indenização foram devidamente instaurados nos diferentes foros e prosseguem de acordo com as garantias processuais. Os processos referentes a homicídios dolosos cometidos por policiais foram transferidos para a Justiça comum, em cumprimento à Lei Federal nº 9299/96 (Lei Bicudo). Por conseguinte, não foram esgotados os recursos da jurisdição interna e a petição não satisfaz às condições de admissibilidade. A tentativa de solução amistosa, proposta pela CIDH a ambas as partes, em várias ocasiões, não pôde ser concretizada.

A CIDH concluiu que a petição é admissível. No que respeita ao mérito, após analisar os fatos e o direito aplicável, entendeu que o caso denunciado caracteriza um massacre, no qual o Estado violou os direitos à vida e à integridade pessoal e que, em suas seqüelas, também foram violados os direitos ao devido processo legal e à proteção judicial (artigos 4º, 5º, 8º e 25), em conexão com o artigo 1º da Convenção, e formula recomendações no sentido de que se proceda a investigação dos fatos, a punição dos responsáveis, a concessão de reparação às vítimas e a adoção de medidas, nos níveis nacional e estadual, para evitar que se repitam violações desse tipo.



Sem título-1



Em 25 de abril de 2000, a CIDH elaborou o relatório nº 34/2000, que condenava o Brasil por violações de Direitos Humanos reconhecidos na Convenção Americana, afirmando que as condições de vida dos detentos na Casa de Detenção do Carandirú não atendiam aos padrões mínimos estabelecidos nas normas internacionais relacionadas à matéria. Segundo a CIDH, a superlotação da Casa de Detenção do Carandirú, a total ausência de atividades de socialização e recreação, a falta de "estratégias de prevenção" destinadas a evitar a ocorrência das constantes rebeliões, somadas à incapacidade do Estado em negociar com os presos de forma a evitar ou diminuir a violência dos motins, configuraram "per se" violação, por parte do Estado, da sua obrigação de garantir a vida e a integridade física daqueles sob sua custódia.

Publicação: Em 24 de fevereiro de 2000, a CIDH decidiu enviar o relatório ao Estado brasileiro, o que foi feito em 3 de março de 2000, de acordo com o artigo 51 da Convenção, concedendo o prazo de um mês, a partir do envio, para o cumprimento das recomendações. Expirado esse prazo, a CIDH não recebeu resposta do Estado brasileiro.

Em virtude das considerações anteriores e, de conformidade com os artigos 51 (3) da Convenção Americana e 48 de seu Regulamento, a CIDH decidiu reiterar as conclusões e recomendações, tornar público o relatório e incluí-lo em seu Relatório Anual à Assembléia Geral da OEA. A Comissão, continuará avaliando as medidas tomadas pelo Estado brasileiro com relação às recomendações mencionadas, até que tenham sido cabalmente cumpridas.

Caso nº 11.598 – Alonso Eugênio da Silva - adolescente assassinado por policiais no Rio de Janeiro

Direitos violados: arts. 4º, 18, 25 e 26 da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, relativos ao direito à vida, direito à Justiça, direito de proteção contra a detenção arbitrária e direito a um processo normal, bem como os direitos garantidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em seus artigos 8º e 25, que se referem ao direito às garantias judiciais e à proteção judicial.

Peticionário: Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss).

Síntese: Em 7 de dezembro de 1995, a CIDH recebeu uma petição do Centro de Defesa e Garantia dos Direitos Humanos/Projeto Legal, do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss), contra a República Federativa do Brasil, denunciando o homicídio do adolescente Alonso Eugênio da Silva, de 16 anos, por um policial militar do Estado do Rio de Janeiro, em um restaurante de Madureira, em 8 de março de 1992. Segundo a petição, o policial teria disparado contra o adolescente ao tentar prendê-lo por um suposto assalto. Transcorridos mais de três anos e meio, a investigação policial ainda não tinha sido concluída.

Os fatos são denunciados como violações graves por parte do Estado brasileiro dos direitos protegidos na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, em seus artigos 4º (direito à vida), 18 (direito à Justiça), 25 (direito de proteção contra a detenção arbitrária) e 26 (direito a um processo normal), bem como dos direitos garantidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos em seus artigos 8º e 25 (direito às garantias judiciais e à proteção judicial). A CIDH fez a petição tramitar na forma regulamentar, sem que o Brasil apresentasse os seus comentários. Tal como se depreende deste relatório, a CIDH conclui que o caso é admissível e que os fatos configuram violação aos artigos 4º, 18, 25 e 26 da Declaração e 1º(1), 8º e 25 da Convenção, e recomenda que a investigação seja completada, que os responsáveis sejam processados e punidos e que os familiares da vítima sejam indenizados.

Recomendações: Que leve a cabo uma investigação completa, imparcial e efetiva para determinar as circunstâncias em que ocorreu a morte de Alonso Eugênio de Silva, e para apurar as irregularidades na investigação policial subsequente e na atuação do Ministério Público e dos funcionários judiciais, a fim de punir a todos os responsáveis em conformidade com a legislação vigente.

Que adote as medidas necessárias para que os familiares da vítima recebam uma reparação adequada e oportuna pelas violações aqui estabelecidas.

Publicação: Em 6 de outubro de 1999 a CIDH decidiu remeter este Informe ao Estado brasileiro, o que deu-se em 15 de outubro, de acordo com o artigo 51 da Convenção, concedendo o prazo de um mês, a contar de seu envio para que fossem cumpridas as recomendações acima indicadas. Vencido esse prazo, a CIDH não recebeu qualquer resposta.

Em virtude das considerações anteriores e em conformidade com os artigos 51 (3) da Convenção Americana e 48 de seu Regulamento, a Comissão decide reiterar as conclusões e recomendações dos parágrafos 1 e 2, fazendo público este informe e incluindo-

o em seu Informe Anual à Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). A CIDH, no cumprimento de seu mandato, continuará avaliando as medidas tomadas pelo Estado brasileiro com relação às recomendações mencionadas, até que sejam cumpridas por completo.

Caso nº 11.599 – Marcos Aurélio de Oliveira - adolescente assassinado por policiais no Rio de Janeiro.

Direitos violados : arts. nos artigos 4º, 8º, 19, 22 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativos ao direito à vida, às garantias judiciais, direitos da criança, direito de circulação e residência, à proteção judicial.

Peticionário: Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss).

Síntese: Em 7 de dezembro de 1995, a CIDH recebeu uma petição do Centro de Defesa e Garantia dos Direitos Humanos/ Projeto Legal, do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss) contra a República Federativa do Brasil. A referida petição denunciava o homicídio do adolescente Marcos Aurélio de Oliveira, no Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1993, supostamente, por um policial civil do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como achacador de crianças de rua.

Alegou-se que a vítima estava tentando roubar o condutor de um automóvel quando ocorreu o ataque. Outro adolescente, testemunha ocular, após depor sobre a atitude do policial, sofreu ameaças e mudou o depoimento. Quatro meses depois, o mesmo policial acusado descobriu o local onde se encontrava a testemunha e tentou matá-la.

Transcorridos mais de dois anos, na data da denúncia em dezembro de 1995 a investigação policial ainda não tinha sido concluída. De acordo com a denúncia, os fatos configuram graves violações, por parte do Brasil, dos direitos garantidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, nos artigos 4º (direito à vida), 8º (direito às garantias judiciais), 19 (direitos da criança), 22 (direito de circulação e residência) e 25 (direito à proteção judicial). A CIDH conclui que o adolescente Marcos Aurélio de Oliveira foi executado pelo policial e que não se realizou a investigação necessária em cumprimento dos deveres e das garantias judiciais que o Estado deve fornecer. A CIDH considera que o caso é admissível, que os fatos constituem violações aos citados artigos da Convenção e recomenda que os responsáveis sejam processados e punidos, sendo concedida indenização aos familiares das vítimas.

Recomendações: Que leve a cabo uma investigação oficial completa, imparcial e efetiva para determinar as circunstâncias em que ocorreu a morte de Marcos Aurélio de Oliveira e o atentado contra Mário de Souza Godinho, para apurar a responsabilidade pela demora injustificada na investigação policial desses fatos a fim de punir os responsáveis, em conformidade com a legislação brasileira.

Que adote as medidas necessárias para que os familiares da vítima recebam a reparação adequada e oportuna pelas violações.

Que sejam tomadas as medidas necessárias para assegurar o cumprimento dos compromissos do Estado em relação aos “meninos da rua” na cidade do Rio de Janeiro, em conformidade com os compromissos internacionais do Estado brasileiro e, em especial, com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança e instrumentos correlatos em vigor.

Publicação: A Comissão decidiu, em 6 de outubro de 1999, remeter o presente relatório ao Estado brasileiro, o que levou a cabo em 15 de outubro do mesmo ano, de acordo com o disposto no artigo 51 da Convenção. Foi concedido o prazo de um mês, a partir do envio para o cumprimento das recomendações acima indicadas. Vencido tal prazo, a CIDH não recebeu qualquer resposta do Estadobrasileiro.

Em razão das considerações anteriores e em conformidade com os artigos 51º(3) da Convenção Americana e 48º de seu Regulamento, a CIDH decidiu reiterar as conclusões e recomendações do parágrafos 1º e 2º e fazer público o relatório, incluindo-o em seu Relatório Anual à Assembléia Geral da OEA. A CIDH, no cumprimento de seu mandato, continuará avaliando as medidas tomadas pelo Estado brasileiro em relação às recomendações mencionadas, até que tenham sido cumpridas por completo.



Sem título-1



Novas denúncias

A seguir, publicamos três novos casos apresentados à Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) e que se encontram em processo de análise.

Caso nº 12.277 – Fazenda Ubá

Direitos violados: artigos 1º.1, 4º, 8º e 25 da Convenção Americana

Peticionários: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Cejil e Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

Síntese: Em junho de 1985, pistoleiros, a mando de fazendeiros locais, executaram a sangue frio cinco trabalhadores, incluindo uma mulher grávida, que ocupavam uma área de terra próxima à Fazenda Ubá, no Sul do Pará. As investigações foram realizadas de forma negligente pela Polícia Civil da região, e o processo penal sofreu uma série de atrasos inexplicáveis. Todos os acusados estão foragidos, apesar de muitos deles terem sido detidos e, posteriormente liberados pela Justiça para tratamento médico, do qual não retornaram. Até hoje, ninguém foi julgado ou punido pelos crimes. A denúncia foi apresentada em janeiro de 2000 e o caso foi aberto pela CIDH em maio do mesmo ano.

Caso nº 12.293 – Carlos Roberto Moreira

Direitos violados: artigo 1º.1 e 8º, 2º, da Convenção Americana

Peticionários: Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e Cejil.

Síntese: Este caso trata da violação do direito a recurso judicial, imposta pelos artigos 594 e 595 do Código de Processo Penal Brasileiro, que estabelece que o réu não pode apelar da sentença condenatória em liberdade se não for primário, ou se tiver maus antecedentes, violando assim a presunção e inocência de um grande número de acusados. A denúncia foi apresentada em junho de 2000 e o caso aberto no mesmo mês pela CIDH.

Caso nº 12.328 - Febem/São Paulo

Peticionário: Cejil

Direitos violados: artigos 1º.1, 4º, 5º, 7º, 8º, 19 e 25 da Convenção Americana e artigo 13 do Protocolo de San Salvador.

Síntese: Em agosto de 2000, o Cejil apresentou à CIDH uma denúncia contra o governo brasileiro pelo tratamento degradante e as constantes torturas e espancamentos a que são submetidos os adolescentes em conflito com a lei no Estado de São Paulo. A grave situação dos custodiados pela Febem de São Paulo, que vem gerando constantes rebeliões e fugas, vem sendo denunciada há aproximadamente uma década pelas entidades de Direitos Humanos, pelo Ministério Público e pela imprensa brasileira, sem que o governo estadual tenha adotado as medidas necessárias para garantir aos adolescentes sob sua custódia os direitos fundamentais reconhecidos pela legislação brasileira e internacional. Além dos maus tratos e torturas, o Brasil foi denunciado pelas mortes de diversos internos em violentas rebeliões.

Situação de alguns dos casos publicados nos Relatórios Azuis 1997 e 1998/1999

Resumo do caso	Ano	Situação atual
Nº 11.285 - Edson Damião Calisto - jovem detido, espancado e baleado por agentes da PM paulista.	RA 1997 e RA 98/99	Em 1999, os peticionários e o governo iniciaram um processo de solução amistosa no caso, que está em andamento.
Nº 11.289 - José Percina	RA 1997	Em 1999 os peticionários e o governo iniciaram um processo de solução amistosa, que está em andamento.
Nº 11.290 - Roscláudio Borges - adolescente baleado por membros da PM de Pernambuco fica paraplético	RA 1997 e RA 98/99	Em 1999, os peticionários e o governo iniciaram um processo de solução amistosa, que está em andamento.
Nº 11.556 - Massacre de Corumbiana - trabalhadores rurais são torturados e assassinados em Rondônia	RA 1997 e RA 98/99	A Comissão continua acompanhando o desenrolar do caso na Justiça interna.
Nº 11.566 - Favela Nova Brasília - cidadãos são executados em ação policial no RJ	RA 1997 e RA 98/99	Em fevereiro de 2000, foi realizada audiência sobre o caso na CIDH

Fonte: Relatório Azul 1997 e 1998/99 da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da AL/RS.

Projeto de lei fortalece decisões da CIDH

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara Federal, deputado Marcos Rolim (PT) apresentou o Projeto de Lei nº 3.214 que dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O projeto objetiva sanar as lacunas jurídicas entre a jurisdição dos organismos estabelecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a jurisdição nacional. Para o deputado "não é possível admitir-se que, mesmo depois da ratificação, o Brasil ainda não implemente as decisões e recomendações dessas instâncias. Hoje existem dezenas de casos brasileiros que estão sendo apreciados pela CIDH e, em breve, certamente, existirão outros que serão decididos no âmbito da Corte Interamericana". A seguir, o texto do projeto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - As decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, constituídas pela Convenção Americana de Direitos Humanos, cuja jurisdição foi reconhecida pelo Decreto Legislativo 678, de 6 de novembro de 1992, produzem efeitos jurídicos imediatos no âmbito do ordenamento interno brasileiro.

Art. 2º - Quando as decisões forem de caráter indenizatório, constituir-se-ão em títulos executivos judiciais e estarão sujeitas à execução direta contra a Fazenda Pública Federal.

§ 1º - O valor a ser fixado na indenização respeitará os parâmetros fixados pelos organismos internacionais;

§ 2º - O crédito terá, para todos os efeitos legais, natureza alimentícia.

Art. 3º - Será cabível ação regressiva da União contra as pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, responsáveis direta ou indiretamente pelos atos ilícitos que ensejam a decisão de caráter indenizatório.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sem título-1



Sociedade apresenta relatório sombra

A sociedade civil produziu, a partir da colaboração de dezenas de voluntários, de Audiências Públicas em 17 Estados brasileiros e consultas a mais de 2.000 entidades em todo o país, o "Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Estado Brasileiro, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc)"⁵. Coordenado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos e pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, além da parceria de dezenas de entidades nacionais e estaduais, teve a sistematização final realizada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

A entrega deste relatório ao Comitê da Organização das Nações Unidas (ONU), que supervisiona o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, durante a reunião ordinária, em abril de 2000, em Genebra, foi simultânea à divulgação do documento no Brasil e sua entrega ao governo brasileiro, em Brasília. Esse Relatório constitui-se no primeiro instrumento desta natureza no país, a ser constantemente aprimorado, enriquecido e atualizado, no sentido de instaurar um processo de constante monitoramento dos vários grupos de direitos constantes no Pacto.

O "relatório sombra", ou também chamado de "contra-relatório", contém indicadores obtidos por instituições oficiais ou dignas de elevada credibilidade, sobre 17 dos 18 tópicos de direitos contemplados pelo Pidesc (os dos povos indígenas e outras minorias étnicas, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, discriminação e desigualdades, questões de gênero, situação agrária, desenvolvimento econômico próprio, trabalho e sindicalização, previdência social, descanso e lazer, família, saúde, alimentação e nutrição, criança e adolescente, educação, cultura e moradia).

Seguindo o modelo proposto pelo Manual de Preparação de Informes sobre os Direitos Humanos, das Nações Unidas, o relatório apresenta, em cada um dos 16 capítulos referentes aos direitos (foram reunidos, num só capítulo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável), informações sucintas sobre o ordenamento jurídico, medidas adotadas e progressos realizados pelo país, além da indicação de fatores que prejudicam o pleno cumprimento das obrigações, quer no campo administrativo, quer no legislativo, tanto por esforço próprio do país quanto mediante cooperação e assistência internacional. Considerou-se que o Pidesc preconiza que o esforço de implementação pelos Estados-parte deve ir até o máximo de seus recursos disponíveis, a fim de assegurar os direitos de forma progressiva, sem discriminação de qualquer natureza, com equilíbrio de gênero e independente da disponibilidade de recursos.

Um pouco da história

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc) foi adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1966, juntamente com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, com o objetivo de conferir obrigatoriedade aos compromissos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Desta forma, passou a haver responsabilidade internacional das nações signatárias em caso de violação dos direitos consagrados pelo Pacto. A situação desses direitos deve ser acompanhada pelos Estados -parte, mediante elaboração de relatórios periódicos, avaliando o grau de sua implementação, e as dificuldades para fazê-lo, enquanto a supervisão do Pacto cabe ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. Organizações da sociedade civil podem oferecer ao Comitê seus próprios relatórios - chamados relatórios paralelos ou contra-relatórios - que são acolhidos como subsídio.

⁵ O relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento pelo Brasil, do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (Pidesc) pode ser encontrado, na íntegra, no endereço da internet: www/Comissoes50/permanentes/Cedh/welcome.htm.

A decisão de elaborar o relatório foi proposta na “IV Conferência Nacional de Direitos Humanos”, realizada em 13 e 14 de maio de 1999, pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em parceria com diversas entidades de âmbito nacional e a participação de representantes de 300 instituições públicas, igrejas, movimentos sociais e organizações não-governamentais. O mais representativo evento da área de Direitos Humanos que tem sido realizado no Brasil, tem a força de suas deliberações advindas da legitimidade política, do espaço institucional e da capacidade de fiscalização de seus participantes.

Com esse perfil representativo e diversificado, a “IV Conferência Nacional de Direitos Humanos” construiu um consenso em torno do objetivo de priorizar, no período 1999/2000, a atuação de todos os participantes no resgate dos compromissos contraídos pelo Brasil ao assinar o Pidesc. Tal decisão levou em consideração a indivisibilidade dos Direitos Humanos e, tendo em vista que os direitos civis e políticos já dispõem de uma estrutura oficial e um monitoramento no país, torna-se necessário agora maior valorização dos direitos econômicos, sociais e culturais.

A Carta da “IV Conferência Nacional de Direitos Humanos” destacou, entre suas recomendações, a de “que as entidades participantes de âmbito nacional elaborem e apresentem à ONU relatório não-governamental do Brasil sobre a implementação no país do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o Movimento Nacional de Direitos Humanos ficam responsáveis pela realização de pesquisa e seminário destinado a fundamentar o relatório”.

Desde que aderiu ao Pidesc, em 1992, até a apresentação do presente documento, o Estado brasileiro não produziu nenhum relatório periódico a que se comprometeu a apresentar à ONU ao assinar o Pacto. Os objetivos da “IV Conferência Nacional de Direitos Humanos” ao deliberar pela produção e apresentação deste Relatório da Sociedade Civil foram:

- estimular o Estado brasileiro a apresentar o Relatório Oficial do Brasil e a avançar no cumprimento de suas obrigações com o Pacto;
- informar a comunidade internacional e a própria opinião pública brasileira sobre a situação do país no campo dos direitos econômicos, sociais e culturais, incorporando-os no Programa Nacional de Direitos Humanos;
- difundir, na sociedade brasileira e no movimento em prol dos Direitos Humanos no país, a existência do Pidesc e dos compromissos assumidos pelos Estados-parte, bem como proclamar a exigibilidade do Pacto. Busca-se que o documento seja instrumento da legítima pressão e do diálogo construtivo no sentido da implementação de medidas capazes de resgatar o Pidesc no Brasil.

Estratégias

No país, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, parágrafo 2º, consagra que os direitos e garantias nela expressos “não excluem outros decorrentes do regime e princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Portanto, a Carta Magna consubstancia no rol dos direitos protegidos, aqueles enunciados nos tratados internacionais nos quais o Brasil é signatário, incluindo-se, evidentemente, os Direitos Humanos. Neste particular, os tratados de Direitos Humanos transformados em Decretos pelo Congresso Nacional, adquirem status constitucional dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Neste sentido, há que se provocar o Poder Judiciário brasileiro para que, paulatinamente, insira as normas internacionais de proteção dos Direitos Humanos em sua jurisprudência, aplicando-as direta e efetivamente nas sentenças de suas Cortes.

Metodologia

A Coordenação Nacional do Relatório, uma espécie de força-tarefa formada por dezenas de entidades que têm participado ativamente, desde 1996, ao lado da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados,



Sem título-1



definiu o cronograma de trabalho e a metodologia do relatório, de acordo com as orientações do Comitê da ONU e consultas a outros parceiros. Também acompanhou a produção dos relatórios temáticos e as audiências públicas nos Estados, sistematizou o texto final do Relatório, a partir dos dados e análises obtidos, e planejou a divulgação do resultado.

Para realizar as audiências públicas, foram constituídos Grupos de Trabalho em 17 Estados - São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pará, Acre, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em dois outros Estados - Espírito Santo e Tocantins - embora não tenham sido realizadas audiências públicas, foram reunidos dados e coletadas informações entre as entidades setoriais que foram consideradas na produção do relatório. Participaram desses grupos de trabalho as Comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas, as Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão, as seções estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil e centros ligados ao Movimento Nacional de Direitos Humanos. Eles organizaram as audiências, produziram as atas, sistematizaram as informações obtidas por todas as fontes disponíveis no Estado e as encaminharam à Coordenação Nacional.

Além das audiências nos Estados, foram distribuídos pela Coordenação e preenchidos por entidades setoriais, questionários informando sobre diagnóstico e principais demandas em cada um dos setores.

Lutando pela indivisibilidade

Chamada de “segunda geração de direitos” por alguns especialistas, essa conceituação dos direitos econômicos, sociais e culturais é rejeitada por outros, face ao caráter indivisível dos Direitos Humanos, atributo reconhecido de forma incontestável pela “Conferência Mundial de Direitos Humanos” de Viena, em 1993. Tal relação indissociável entre os aspectos econômico, social e cultural, com o civil e político dos Direitos Humanos, foi objeto de eloquente advertência do professor Antônio Augusto Cançado Trindade, presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em memorável palestra na “IV Conferência Nacional de Direitos Humanos”, proferida nos seguintes termos:

“De que vale o direito à vida sem o provimento de condições mínimas de uma existência digna, se não de sobrevivência (alimentação, moradia, vestuário)? De que vale o direito à liberdade de locomoção sem o direito à moradia adequada? De que vale o direito à liberdade de expressão sem o acesso à instrução e educação básica? De que valem os direitos políticos sem o direito ao trabalho? De que vale o direito ao trabalho sem um salário justo, capaz de atender às necessidades humanas básicas? De que vale o direito à liberdade de associação sem o direito à saúde? De que vale o direito à igualdade perante a lei sem as garantias do devido processo legal? E os exemplos se multiplicam. Daí a importância da visão holística ou integral dos Direitos Humanos, tomados todos conjuntamente. Todos experimentamos a indivisibilidade dos Direitos Humanos no cotidiano de nossas vidas. Todos os Direitos Humanos para todos, é este o único caminho seguro para a atuação lúcida no campo da proteção dos Direitos Humanos. Voltar as atenções igualmente aos direitos econômicos, sociais e culturais, face à diversificação das fontes de violações dos Direitos Humanos, é o que recomenda a concepção, de aceitação universal em nossos dias, da interrelação ou indivisibilidade de todos os Direitos Humanos”.

Com efeito, os próprios direitos civis e políticos, tão confundidos com a própria totalidade dos direitos fundamentais, parecem ameaçados diante da incapacidade de se implementar de forma harmoniosa o conjunto dos Direitos Humanos. Ainda que se ponha de lado doutrinas e interesses políticos, não há como deixar de notar que a globalização econômica e o progresso no conhecimento e na comunicação dos últimos anos não correspondeu à universalização dos bens materiais e culturais gerados por esse processo. Pelo contrário, o triunfo da globalização econômica está associado, inclusive no Brasil, como se verá pelos dados oficiais constantes neste relatório, à supressão de conquistas sociais, à exclusão de vastas parcelas da sociedade dos benefícios do progresso e a consolidação de profundas desigualdades sociais e econômicas. Face a estas circunstâncias, os Direitos Humanos, com seus atributos de universalidade e indivisibilidade, devem ser referência para a esperança de todos os que aspiram por uma vida mais digna e feliz.

Ao defender a exigibilidade e justiciabilidade de todos os Direitos Humanos, inclusive dos direitos econômicos, sociais e culturais, Cançado Trindade ponderou que “jurídica e epistemologicamente nada impede, em razão e decorrência da própria indivisibilidade de todos os Direitos Humanos, que determinados direitos econômicos, sociais e culturais básicos possam no futuro vir a compor um núcleo mais enriquecido de direitos fundamentais e inderrogáveis”.

Em sua visão, “tal núcleo seria constituído pelos direitos ao trabalho, à saúde e à educação”. E acrescentou o jurista brasileiro, que “o próprio direito à vida, tido como o mais fundamental de todos os direitos, tomado em sua ampla dimensão, a abarcar também as condições de vida (direito de viver com dignidade), por exemplo, pertence a um tempo tanto ao domínio dos direitos civis e políticos, como ao dos direitos econômicos, sociais e culturais. Não podemos, naturalmente, nos limitar somente aos chamados ‘direitos de subsistência’: há que ir muito mais além. A experiência na promoção e proteção dos Direitos Humanos não se tem confinado à satisfação das necessidades humanas básicas, que constitui tão somente o mínimo, o passo inicial; tem ela vislumbrado um horizonte bem mais amplo, através da capacitação em matéria de Direitos Humanos, do exercício pleno do direito de participação em todos os domínios da atividade humana. Os mecanismos internacionais de proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais pouco lograrão sem modificações profundas concomitantes no seio das sociedades nacionais, ditadas pelos imperativos da justiça social, para que todos possam se beneficiar do progresso social. Cabe situar a pessoa humana no centro de todo processo de desenvolvimento, o que requer um espírito de maior solidariedade em cada sociedade nacional, e a consciência de que a sorte de cada um está inexoravelmente ligada à sorte de todos”.

Justiça Federal julgará casos de tortura

Os processos sobre torturas cometidas por funcionários públicos estaduais (policiais civis, policiais militares, agentes penitenciários) passaram para a competência da Justiça Federal dos Estados. Com a federalização destes crimes, a Justiça Federal passa a cuidar de todos os casos e não apenas dos de responsabilidade dos policiais federais, por exemplo. Essa reivindicação dos militantes de Direitos Humanos tem como base o argumento da maior independência dos juízes federais.

Criada subcomissão da tortura

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara Federal, presidida pelo deputado federal Marcos Rolim (PT/RS), instalou uma subcomissão contra a tortura. Inicialmente, o deputado federal Nilmário Miranda (PT/MG), havia requerido uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a tortura em 1999, sem obter êxito. A Subcomissão criou um site⁶ na Internet, que funciona como central de recebimentos de denúncias.

Situação dos tratados assinados pelo Brasil

Desde dezembro de 1999, está em vigor a Portaria Interministerial nº 707, que instituiu a Comissão Especial para coordenar os trabalhos de preparação e análise dos relatórios decorrentes de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é parte. A Comissão, presidida pelo Secretário de Estado dos Direitos Humanos, é integrada por um representante do Itamaraty, um representante da Casa Civil, um representante do Ipea e dois especialistas sobre a temática dos relatórios escolhidos no âmbito da sociedade civil.

⁶O site na Internet é www.dhnet.org.br.



Sem título-1

Sistema internacional de protección

```

#####
#####
#####
#####
#####
```

9) Convenção sobre os Direitos da Criança - 1989	91	1989	A Convenção teve seu instrumento de ratificação depositado em 21.09.1990 e foi promulgada pelo Decreto nº 99.738, de 31.11.1990 (Código 4P, parágrafo 1.º), foi revogado em 1995. O Brasil aderiu a mesma em 26.03.1995, até agora 95 Estados-partes aderiram a nova redação do artigo 19º. Acabaram de ser abertas para ratificação, em maio de 2000, duas Protocolos-Opçãois à Convenção.	Finalizada desde 1993 e 1997, as resoluções foram elaboradas, em forma de documentos idênticos, por diplomatas do IUPER, com a mediação de órgãos governamentais e não-governamentais, com atuação relevante nesse campo. Partido à criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), e a realização de outras ações.
9) Acordo-Quadro do Fundo para o Desenvolvimento das Bases Indígenas da América Latina e do Caribe de 1992	90	1992	O acordo teve seu instrumento de ratificação depositado em 17.06.1998 e foi promulgado pelo Decreto nº 3.385, de 30.06.1999.	Esta convenção não prevê mecanismos de monitoramento.

Fonte: Divisão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA)

Instrumento	Status	Ratificação do Brasil	Observação
Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores de 1954	..	1993	A Convenção teve seu instrumento de ratificação depositado em 3 de julho de 1997 e foi promulgada pelo Decreto nº 2.740, de 28 de agosto de 1998.
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Eliminar a Violência contra a Mulher de 1994	28	1995	A Convenção teve seu instrumento de ratificação depositado em 27 de novembro de 1995 e foi promulgada pelo Decreto nº 1.935, de 1º de agosto de 1996.
Protocolo à Convenção Americana sobre os Direitos Humanos Relativo à Abolição da Pena de Morte de 1990	..	1996	A Convenção teve seu instrumento de ratificação depositado em 15 de agosto de 1996 e foi promulgada pelo Decreto nº 1.754, de 27 de agosto de 1998. Reserva: garantia de direitos de aplicação da pena de morte em período de guerra.
Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Comunitários, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador) de 1988	11	1996	O Protocolo teve seu instrumento de adesão depositado em 21 de agosto de 1996 e foi promulgado pelo Decreto nº 1.321, de 30 de dezembro de 1999.
Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura de 1983	16	1989	O Protocolo teve seu instrumento de ratificação depositado em 28 de julho de 1989 e foi promulgado pelo Decreto nº 98.358, de 9 de novembro de 1989.
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José) de 1969	21	1992	A Convenção teve seu instrumento de adesão depositado em 25 de setembro de 1992 e foi promulgada pelo Decreto nº 628, de 6 de novembro de 1993. O Brasil aderiu a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1998.
Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores de 1989	..	1994	A Convenção teve seu instrumento de ratificação depositado em 1 de maio de 1994 e foi promulgada pelo Decreto nº 1.212, de 5 de agosto de 1994.
Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas de 1994	O Brasil aderiu a Convenção por ocasião de sua adesão em 10 de junho de 1994, mas ainda não ratificou.

Fonte: Divisão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.



Sem título-1



Tribunal Pleno Internacional (TPI)

Instrumento	Status	Ratificação no Brasil	Observação
Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI) de 1998	-	-	O Brasil assinou o Estatuto do TPI em 7 de fevereiro de 2000. O Estatuto entrará em vigor com a 60ª ratificação. Até o momento, 96 países o assinaram e entre os ratificaram.

Fonte: Divisão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Direitos Humanitários Internacional

Instrumento	Status	Ratificação no Brasil	Observação
Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição de 1997	91	1999	A Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre Destruição teve seu instrumento de ratificação depositado em 30 de abril de 1999 junto à ONU e foi promulgado pelo Decreto nº 5.128, de 5 de agosto de 1999.

Fonte: Divisão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Campanha pelo fim das minas terrestres

O Brasil ratificou, no dia 30 de abril de 1999, a sua participação na Convenção Internacional sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição, também chamado de Tratado de Ottawa. O Tratado de Ottawa foi assinado pelo Brasil em 3 de dezembro de 1997, mas só agora foi ratificado. Até o momento, 139 países assinaram o documento e 107 o ratificaram. Mas, assim como em outras convenções internacionais, o governo brasileiro ainda não apresentou o relatório ao secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o que deveria ter sido feito 180 dias após a ratificação, contendo informações sobre as medidas nacionais de implementação do Tratado, bem como as medidas de transparência.

Agora, as entidades e organizações não-governamentais comprometidas com a campanha nacional contra as minas terrestres tentam pressionar o governo federal a cumprir os artigos 7º e 9º do Tratado. O Brasil tem quatro anos para acabar com a produção de minas terrestres em território nacional. Até 1996, o país constava na lista dos produtores de minas terrestres e há informações de ter exportado grande quantidade de minas para Angola e Moçambique. Na realidade internacional, as minas continuam a matar ou ferir cerca de 26 mil pessoas por ano, a maior parte delas civis, mulheres e crianças. Segundo informações do Serviço de Paz e Justiça (Serpaj), do RS, restam ainda cerca de 110 milhões de minas, espalhadas em 68 países.

Consta na Convenção Internacional sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal:

"(...) Artigo 7º – Medidas de transparência

1. Cada Estado Parte informará ao secretário-geral das Nações Unidas tão logo que possível e no mais tardar até 180 dias após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte, sobre:

- As medidas de implementação nacional referidas no Artigo 9°;
 - o total de minas antipessoal armazenadas que possua ou detenha ou que esteja sob sua jurisdição ou controle, inclusive especificação de tipo, quantidade e, se possível, números de lote de cada tipo de mina antipessoal armazenada;
 - na medida do possível, a locação de todas as áreas minadas sob sua jurisdição ou controle, que contenham minas antipessoal, incluindo o máximo possível de detalhes relativos ao tipo e à quantidade de cada tipo de mina antipessoal em cada área e quando foram colocadas;
 - os tipos, quantidades e, se possível, números de lote de todas as minas antipessoal retidas ou transferidas para o desenvolvimento de técnicas de detecção, desminagem e destruição de minas e para o treinamentos nessas técnicas, ou transferidas com o propósito de destruição, assim como as instituições autorizadas nessas técnicas, ou transferidas com o propósito de destruição, assim como as instituições autorizadas por um Estado parte para manter ou transferir minas antipessoal, conforme o disposto no Artigo 3°;
 - a situação de programas para a conversão ou fechamento de instalações produtoras de minas antipessoal;
 - a situação de programas para destruição de minas antipessoal, de acordo com o disposto nos artigos 4° e 5°, incluindo detalhes dos métodos que serão usados na destruição, a localização de todos os lugares onde se efetuará a destruição e os padrões ambientais e de segurança aplicáveis a serem observados;
 - os tipos e quantidades de todas as minas antipessoal destruídas após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte, incluindo especificação da quantidade de cada tipo de mina antipessoal destruída, conforme disposto nos artigos 4° e 5°, respectivamente, assim como, se possível, os números dos lotes de cada tipo de mina antipessoal no caso de destruição de acordo com o disposto no artigo 4°;
 - as características técnicas de cada tipo de mina antipessoal produzida, até onde se conheça, e daquelas que, no momento, um Estado Parte possua ou detenha, informações que possam facilitar a identificação e a eliminação de minas antipessoal, no mínimo, essa informação deverá incluir as dimensões, espoletas, conteúdo explosivo, conteúdo metálico, fotografias coloridas e outra informação que possa facilitar a deminagem; e
 - as medidas tomadas para alertar a população de modo eficaz quanto a todas as áreas identificadas conforme o disposto no Parágrafo 2° do Artigo 5°.
2. A informação fornecida em conformidade com este artigo será atualizada pelos Estados Parte anualmente, cobrindo o último ano civil, e comunicada ao secretário-geral das Nações Unidas no mais tardar até 30 de abril de cada ano.
3. O secretário-geral das Nações Unidas transmitirá todos os relatórios recebidos aos Estados Parte. (...)
- Artigo 9° – Medidas de implementação nacional
- Cada Estado Parte tomará todas as medidas legais, administrativas e outras apropriadas, inclusive a imposição de sanções penais, para prevenir e reprimir toda atividade proibida a um Estado Parte de acordo com esta Convenção, executada em território ou por pessoa sob sua jurisdição ou controle. (...)

Os países que mais possuem minas

País	Quantidade de minas produzidas
Egito	23 milhões
Irã	16 milhões
Angola	15 milhões
Argélia	10 milhões
China	10 milhões
Irã	10 milhões
Camboja	8-10 milhões
Bósnia-Herzegovina	2-3 milhões
Mozambique	2 milhões
Somália	1 milhão

Fonte: Serviço de Paz e Justiça (Serpa). Obs.: A cada ano, entre 2 a 5 milhões de minas são lançadas e colocadas.

A seguir, publicamos artigo do coordenador da Campanha Brasileira contra as Minas Terrestres, sobre a problemática.



Sem título-1



“Ele não sabe onde fica o Brasil, mas uma mina brasileira o arruinou!”

Pe. Marcelo Rezende Guimar⁸

Hoge Cássimo, um jovem moçambicano, estava, em janeiro de 1999, trabalhando em sua roça, quando teve a mão arrancada por uma mina terrestre.

Levado ao posto de saúde, só dois dias depois foi conduzido a um hospital maior, onde foi contaminado pelo cólera. Após ter sido tratado desta doença, foi tratado do braço.

Em consequência do acidente, está impedido de trabalhar em sua roça e precisa de assistência de saúde e recursos para buscar uma nova forma de sobrevivência.

Hoge Cássimo é uma das tantas pessoas, de Angola e Moçambique, que não sabe onde fica o Brasil, mas que teve sua vida arruinada, provavelmente, por uma mina brasileira. O Brasil, até 1996, constava na lista dos produtores de minas terrestres e há informações - o lado macabro de nossa balança comercial - de ter exportado grande quantidade de minas para Angola e Moçambique.⁹

Há minas no Brasil? É a pergunta que logo surge quando se toca nesta situação. Diante da negativa, surge o desinteresse e a vontade de mudar de assunto, só interrompida diante do espanto em saber da participação do Brasil nesta grave crise humanitária. Talvez tão absurdo quanto o fato de termos exportado minas, é a nossa apatia e indiferença diante desta questão, as quais revelam nossa obtusidade, não apenas em relação à política internacional, mas também em relação à própria política nacional.

Desconhecemos o alcance desta arma cruel, que mata indiscriminadamente e atinge 9 vezes mais militares do que civis, constituindo-se, hoje, ao lado da Aids, num dos mais sérios problemas de saúde pública mundial e de violação dos Direitos Humanos. Ignoramos, quase que por completo, os esforços envidados pela Campanha Internacional para a Eliminação das Minas Terrestres, iniciada em 1990, a jamais pensada coalizão de mais de 1.000 organizações não governamentais, em cerca de 60 países, reunindo pessoas preocupadas com a causa da humanidade, militantes de Direitos Humanos, veteranos de guerra, médicos, pacifistas, ambientalistas, religiosos, grupos feministas, enfim, homens e mulheres com uma vocação comum para eliminar totalmente as minas anti-pessoais e arrecadar recursos, tanto para seu desarme como para a reabilitação e assistências às vítimas. Sabemos muito pouco do resultado concreto desta Campanha, a Convenção sobre a proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal e sobre sua destruição, mais conhecido como o Tratado de Ottawa,¹⁰ e do jogo internacional que tem se estabelecido, especialmente o esforço de grandes potências para inviabilizá-lo, como os Estados Unidos, a Rússia e a China.

É verdade que a Campanha Brasileira contra as Minas Terrestres conseguiu, graças ao apoio de muitos, a ratificação do Brasil ao Tratado de Ottawa, ocorrida em 30 de abril de 1999. Muitos se mobilizaram, especialmente jovens, através de vários e-mails, cartas e abaixo-assinados. Mas a Campanha Brasileira não é expressiva e possui poucos apoios. E o Brasil ainda não cumpriu, até a data deste artigo, as obrigações existentes nos artigos 7 e 9 do Tratado, de publicar as medidas de implementação e de encaminhar legislação nacional sobre o assunto, embora tenha realizado esforços em participar de ações de desminagem, na Nicarágua e em Angola.

Em se falando de Brasil, é preciso lembrar dois grandes obstáculos a serem vencidos: a falta de informações e a indiferença. A falta de informações sobre a produção e a exportação de minas, tratadas pelo governo atual com a mesma qualificação de segurança nacional que o governo ditatorial dispensava à matéria, é impecílio a uma ação maior da campanha brasileira e da sociedade nacional. A indiferença provinciana a tudo que não está diretamente sob a mira dos nossos olhos consagra a inércia nacional, do governo e da sociedade civil, em organizar a ajuda humanitária às vítimas de minas terrestres dos países para os quais o Brasil exportou. A falta de transparência e a indiferença constituem-se, assim, em dois pólos de um círculo vicioso do qual temos dificuldade em nos desvencilhar.

⁸ Coordenador da Campanha Brasileira contra Minas Terrestres, assessor da Rede Em Busca da Paz e Doutorando em Educação pela UFRGS.

⁹ Segundo o Landmine Monitor Report 1999, o Brasil produziu dois tipos de minas: NM AE T1 – produzida pela Tupã Sul América Química do Brasil, tipo mais barato US\$ 5,80, desde 1978; e T-AB-1, produzida pela Britanite Indústrias Química.

¹⁰ Em outubro de 2000, esta Convenção tinha 139 signatários e 107 ratificações, entre elas o Brasil.

A publicação de um relatório oficial do governo brasileiro, expressão de uma política de transparência sobre a temática, e a realização de um amplo debate nacional, sinal de uma mobilização nacional, aparecem como possibilidades de superação deste quadro. O que está em jogo é a nossa responsabilidade ética diante desta crise humanitária. Hoge Cássimo poderá, então, saber algo do Brasil e nossa solidariedade o amparará.

A inclusão da temática das minas terrestres na agenda dos defensores dos direitos humanos apresenta-se, também, como um caminho inspirador para o próprio movimento nacional. Na grave crise ética das sociedade em que vivemos, tanto o Tratado de Ottawa como a Campanha que o provocou constituem-se em marcos qualitativos e referenciais da história da humanidade. Aliás, foi neste sentido que o Comitê do Prêmio Nobel justificou sua premiação, em 1997, afirmando que a campanha contra as minas terrestres "mostrou a possibilidade de expressar e mediar uma grande onda de engajamento popular num caminho jamais trilhado... desenvolvendo-se num convincente exemplo de uma efetiva política pela paz ... e modelo para processos similares no futuro, como prova de decisiva importância no esforço internacional em vista do desarmamento e da paz".

Mesmo que não tivéssemos fabricado minas terrestres, mesmo assim ainda teríamos uma palavra a dizer e uma ação a realizar. Na atual situação de mundialização, a cidadania já não é mais circunscrita ao local, mas ganha uma dimensão transnacional e além-fronteiras. Ou a paz virá para todos ou não será realidade para ninguém. E não haverá paz enquanto inocentes forem mutilados, não haverá paz enquanto a indústria armamentista for a maispoderosa e erosiva."

Campanha pelo cumprimento do Tratado de Ottawa

A CCDH, realizou ato em 1º de outubro de 1999, onde lançou um cartão postal relativo à campanha, endereçado ao Presidente da República, que transcrevemos a seguir:

"Senhor Presidente:

Neste dia, em que entra em vigor para o Brasil a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição, vimos expressar nossa satisfação por sua implementação e solicitar, por parte do governo brasileiro:

- a divulgação oficial de informações sobre os estoques de minas antipessoal e sobre as medidas nacionais de implementação, de acordo, respectivamente, com os artigos 7º e 9º;
- a organização de um programa de ajuda às vítimas de minas terrestres dos países para os quais o Brasil exportou, em conformidade com o artigo 6º da referida Convenção.

Na certeza de que a implementação deste Tratado confirme a vocação pacifista da nação brasileira, receba os mais respeitosos sentimentos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ao Exmo. Senhor Presidente
Sr. Fernando Henrique Cardoso
Gabinete da Presidência
Palácio do Planalto, 3º andar
70150-900 – DF"



Sem título-1



Caso Pinochet

O mundo acompanhou o caso em torno do ex-ditador chileno Augusto Pinochet, que comandou a ditadura no Chile entre 1973 e 1990, na expectativa de que todas as atrocidades cometidas em seu governo fossem julgadas e que fosse responsabilizado pelos crimes cometidos.

Em viagem à Inglaterra para tratamento médico, Pinochet foi detido no país em virtude do pedido de prisão feito pelo juiz espanhol Baltasar Garzón. Após decisões judiciais sobre sua imunidade, em 25 de novembro de 1998 o Tribunal de Apelações da Câmara de Londres, da Inglaterra, a instância máxima da Justiça britânica, afastou a imunidade do ex-ditador, acusado pelo desaparecimento, tortura e morte de milhares de pessoas. Em 24 de março de 1999, a Câmara de Lordes inglesa decidiu que Pinochet só poderia ser julgado por crimes cometidos após 1988, ano em que o Reino Unido incorporou a lei que permite processar acusados de tortura fora do seu território.

A extradição de Pinochet para a Espanha foi de todas as formas evitada por seus procuradores. Mesmo que condenado naquele país, Pinochet não seria preso, visto que a lei espanhola impede a prisão de maiores de 65 anos (Pinochet possui 84).

A comemoração mundial em torno da expectativa de aplicar a justiça contra um chefe de regime ditatorial foi interrompida em 5 de janeiro de 2000, quando exames médicos atestaram que o general chileno não dispunha de saúde física e mental suficiente para enfrentar um julgamento, sendo este fator impeditivo de sua extradição para a Espanha. Pinochet foi avaliado por quatro médicos e teria pelo menos dez doenças, entre problemas cardíacos, respiratórios e de coluna.

A indignação em torno deste "indulto por motivos médicos" foi crescendo em virtude de tais exames permanecerem secretos, não sendo divulgados. O ministro do Interior da Inglaterra, Jack Straw, que mostrou-se disposto a libertar Pinochet, alegou que a divulgação não poderia ser feita sem consentimento prévio do próprio general, que logicamente negou-se a dar a autorização.

Inconformado com o resultado dos exames médicos que alegavam que a debilitada saúde do general seria um fator impeditivo de sua extradição, o governo espanhol enviou a Londres um pedido do juiz Baltazar Garzón para que Pinochet fosse submetido a novos exames. O juízo espanhol, no intuito de processar o ex-ditador, mostrou-se disposto a julgar Pinochet no próprio território inglês.

E assim, Pinochet livrou-se do pedido espanhol (ressalva-se que além da Espanha, a Suíça, a Bélgica e a França também requisitaram a extradição do general com intenção de julgá-lo por crimes humanitários). Para espanto mundial, o debilitado Pinochet, descrito nos laudos médicos como um cidadão sem condições para responder pelas violações cometidas em seu governo, levantou-se da cadeira de rodas na chegada no Chile, para receber as saudações dos que o aguardavam.

A decisão de julgar Pinochet passou, então, para a Justiça chilena. Como não existe imunidade parlamentar na Constituição do Chile, a Justiça não precisa de autorização do Senado para o julgamento do ex-ditador, que é senador vitalício, cargo este criado por sua iniciativa em 1980.

Ao final do primeiro semestre de 2000, a Justiça chilena declarou que o general será citado como réu em dezenas de processos judiciais naquele país.

A extradição de Pinochet não foi efetivada por motivos de saúde, mas este caso fica registrado como um grande marco na discussão do princípio da territorialidade das Nações quando se trata de crimes humanitários. Este princípio seria inquestionável em casos como o de Augusto Pinochet? Um Estado é absoluto em sua soberania, sendo

o único com permissão para julgar seus nacionais quando estes forem acusados de crimes contra a humanidade? E se este Estado hesita julgar ditadores, não seria perfeitamente aceitável que a comunidade internacional o faça?

Desta forma, o caso Pinochet permanece sendo foco de atenção. Espera-se que o Poder Judiciário do Chile aplique a justiça a todos os casos de lesa-humanidade em que o ex-ditador teve participação ou foi o responsável direto.



